



A HETERONORMATIVIDADE E O *BULLYING*: análise das medidas educativas adotadas por supervisores escolares para coibir a homofobia praticada por alunos do Ensino Fundamental I¹

Dra. Terezinha Richartz²
Dr. Zionel Santana³

Resumo: O respeito à diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero passa longe de muitas escolas e das práticas educativas, afrontando o que preveem os PCNs e o Programa “Brasil Sem Homofobia.” Por isso, os objetivos deste artigo são analisar os tipos mais comuns de *bullying*, relacionados a comportamentos considerados homossexuais, em crianças do ensino fundamental I, a partir do olhar da supervisão, e verificar quais são as medidas adotadas pelos supervisores, no ambiente escolar, para coibir a prática de *bullying* contra homossexuais. Os dados apontam que os tipos de *bullying* mais praticados nas escolas, sob o prisma da supervisão, são fortemente gendrados. Nas escolas pesquisadas ainda não estão previstas medidas gendradas e nem políticas educacionais mais agressivas para combater a violência homofóbica.

Palavras-chave: heteronormatividade, homofobia, bullying, relações de gênero.

1 INTRODUÇÃO

Desde 1998 foi incluída como tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) a orientação sexual nas escolas, onde podem ser abordadas questões como gênero e sexualidade. Apesar das investidas do governo, os espaços normatizadores criados socialmente são resistentes e tendem a persistir apesar das tentativas governamentais de diminuir a discriminação e o preconceito contra a diversidade. O *bullying* contra homossexuais é um problema longe de ser resolvido já que o homossexualismo é considerado uma afronta aos valores heterossexuais. Mas como será a incidência de bullying relacionado a comportamentos considerados homossexuais em crianças do ensino fundamental I, a partir do olhar da supervisão

¹ Apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

² Professora da Faculdade Cenecista de Varginha. richartz @uai.com.br

³ Professora da Faculdade Cenecista de Varginha. zionel@faceca.br

escolar? Quais as medidas adotadas pelos supervisores no ambiente escolar para coibir a prática de bullying contra homossexuais?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A homofobia ao invés de ser condenada na escola, muitas vezes é permitida ou até praticada por ser considerada, por muitos gestores e educadores, como desvio de conduta ou doença. Algumas medidas foram tomadas na esfera governamental para proporcionar espaços de trabalho efetivo na comunidade escolar.

Como a inclusão da orientação sexual nos PCNs foi insuficiente para combater o preconceito contra os homossexuais, o Governo Federal criou em 2004, o programa “Brasil Sem Homofobia”.

Na área da Educação as ações previstas pelo Programa são: “diretrizes que orientem os Sistemas de Ensino na implementação de ações que comprovem o respeito ao cidadão e a não discriminação por orientação sexual”; o fomento e o apoio a cursos “de formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade”; a formação de “equipes multidisciplinares para avaliação dos livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação da homofobia”; o estímulo à produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia”, o apoio e divulgação “de materiais específicos para a formação de professores” (BRASIL, 2004, p. 22-23).

Os gestores e os docentes através do projeto político pedagógico precisam colocar em prática políticas pedagógicas adequadas para construir uma educação libertadora. A escola então, além de repassar conteúdos, fica responsável em formar cidadãos que aceitem a diversidade e a pluralidade. A educação deve ser emancipatória.

A função do supervisor escolar vai muito além do planejamento, avaliação, gestão do projeto acadêmico/educacional. Ele tem função política importante. É responsável “pela qualidade do processo de humanização do homem através da educação [...] firma outros compromissos que ultrapassam as especificidades do espaço escolar, sem dele descurar”. (FERREIRA, 2001, p. 251).

Humanizar implica desenvolver relações sociais menos discriminatórias, mais comprometidas com a diversidade. Ultrapassar as fronteiras da escola pressupõe interferir em terrenos minados, como valores sociais que interferem negativamente nos direitos humanos.

Mas por que será que a legislação e as políticas educacionais são insuficientes para mudar a homofobia?

Para entender as dificuldades nesta área, é importante retomar o conceito de gênero.

Segundo Safiotti “rigorosamente, os seres humanos nascem machos ou fêmeas. É por meio da educação que recebem que se tornam homens e mulheres. A identidade social é, portanto, socialmente construída. [...]” (1987, p. 10). Todo esforço social é para transformar o macho em homem e a fêmea em mulher. E dentro dessa expectativa, está incluída a heterossexualidade. Não existe como expectativa social, a valorização da homossexualidade. Essa opção sexual aparece como anomalia, ou distúrbio. Dessa perspectiva o combate ao bullying contra homossexuais se torna difícil, porque a comunidade escolar, como um todo, compartilha desses valores.

Da perspectiva de gênero, a homofobia é difícil de ser combatida. Para tentar entender o porquê me aproprio da pergunta feita por Foucault: “Precisamos *verdadeiramente* de um *verdadeiro* sexo?” A resposta encontramos no texto do autor: “com uma constância que chega às raias da teimosia, as sociedades do ocidente moderno responderam afirmativamente a essa pergunta” (FOUCAULT, 1982, grifo do autor).

Então se existe um sexo verdadeiro, o sexo transgressor precisa ser combatido, eliminado. A escola como espaço fundamental para inculcar a heteronormatividade, não consegue coibir o bullying contra o homossexual, porque ela de alguma forma, estaria subvertendo a ordem da qual é uma das guardiãs. A produção de um discurso que permeia todos os espaços como uma teia entrelaçada, funciona como micro que cerceia os corpos.

Para Foucault a mecânica do poder se “expande por toda a sociedade, assumindo as formas mais regionais e concretas, investindo em instituições, tomando corpo em técnicas de dominação”. (1982, p. XII) Este poder “intervém materialmente atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos - o seu corpo - e que se situa ao nível do próprio corpo social e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micro-poderes ou sub-poderes” (idem).

Dessa perspectiva a predominância da visão heterossexual pode ser encontrada e é reforçada como modelo a ser seguido em todos os espaços sociais.

Para Louro a heteronormatividade, refere-se

à produção e à reiteração compulsória da norma heterossexual. Supõe-se, segundo essa lógica, que todas as pessoas sejam (ou devam ser) heterossexuais – daí que os sistemas de saúde ou de educação, o jurídico ou o midiático sejam construídos à imagem e à semelhança desses sujeitos. São eles que estão plenamente qualificados para usufruir desses sistemas ou de seus serviços e para receber os benefícios do Estado. Os outros, que fogem à norma, poderão na melhor das hipóteses ser reeducados, reformados (se for adotada uma ótica de tolerância e complacência); ou serão relegados a um segundo plano (tendo de se contentar com recursos alternativos, restritivos, inferiores); quando não forem simplesmente excluídos, ignorados ou mesmo punidos. (2009, p. 90)

Ainda segundo a autora, em nossa sociedade, a heteronormatividade parece ser cobrada de maneira mais visível em relação ao gênero masculino. Desde a tenra idade, os meninos recebem atenção especial na construção de uma sexualidade heterossexual. A afetividade feminina pode ser expressa através de um leque muito mais abrangente do que aquele admitido para garotos e homens. (LOURO, 2009, p. 91).

A “empreitada” social para transformar um menino em heterossexual é muito maior que para tornar uma menina. Basta ver a negativa que há em relação ao uso pelos meninos de qualquer objeto ou comportamento considerado feminino.

Para Louro além do processo de heteronormatividade ser mais visível sobre o gênero masculino, aparece, frequentemente associado à homofobia. É necessário negar qualquer sinal não adequado à norma sancionada. (2009, p. 91).

Uma das expressões da homofobia encontrada no espaço escolar é o bullying. Olweus (1991) definiu *bullying* como a exposição direta ou indireta de um estudante a ações negativas, durante certo tempo, por um ou mais alunos. A violência direta aparece em forma de ameaça e agressão e a indireta é praticada isolando e excluindo de forma intencional o aluno de atividades e brincadeiras.

Smith et al (1999), defendem que o *bullying* também é tão perverso porque envolve desigualdade de poder. O aluno que é vítima não consegue se defender a contento. A reação costuma não ser adequada, porque normalmente a criança está isolada, é menor ou fisicamente mais frágil ou se sente inferiorizada em relação aos agressores.

Normalmente o homossexual se sente inferiorizado, faz parte de um grupo minoritário, mal visto socialmente.

Pinheiro (2006, p. 121) acredita que o *bullying* sofrido pelas crianças, aparece por meio de ataques a seu gênero sexual quando brincadeiras ou apelidos maldosos, que rotulam características masculinas ou afeminadas, tais como: ‘gay’, ‘lésbica’, ‘sapatão’ e ‘frutinha’, têm a finalidade de agredir e destruir a moral do discente frente ao grupo escolar. (apud LIMA, 2010, p. 7-8)

A homofobia nas escolas traz consequências nefastas. As mais importantes são: perda de autoestima e autoconfiança, retraimento, dificuldade de concentração, absenteísmo escolar, fobia da escola, sentimentos de culpa e vergonha, depressão, ansiedade, medo de estabelecer relações com estranhos, levando em alguns casos a tentativas de suicídio. (GARCIA, 2009, 11)

Se existe um comportamento considerado socialmente desejável, a repulsa, e nesse caso o *bullying* fica difícil de ser combatido. Até quem deveria educar para a diversidade (professores, supervisores, coordenadores pedagógicos, diretores) também compartilham da heteronormatividade.

3 MATERIAL E MÉTODO

Esta pesquisa é do tipo descritivo, de caráter qualitativo. Na pesquisa descritiva o pesquisador apresenta o objeto de pesquisa. Procura desvendar a natureza de um fenômeno, sua característica, causas, relações e vinculações com outros fenômenos (BARROS; LEHFELD, 2000). No estudo aqui realizado, *bullying* está fortemente vinculado com as concepções de gênero sedimentadas socialmente.

Já a pesquisa qualitativa “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.” (MINAYO, 2002, p. 21-22)

Para captar esse universo permeado de significados, crenças e valores foram realizadas entrevistas com supervisoras escolares, de escolas públicas e privadas na cidade de Varginha, que possuem Ensino Fundamental I.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

Os dados apontam que o diagnóstico dos tipos de *bullying* mais praticado na escola sob o prisma da supervisão são fortemente gendrados. Os meninos, são na maioria dos casos, vítimas de violência direta como apelido, insulto, deboche, empurrão, soco e chute, quebra ou roubo de material. As meninas, quase sempre, são agredidas de forma indireta como mentiras, fofocas, exposição de segredos íntimos. Já em algumas situações meninos e meninas costumam isolar a vítima, excluindo das atividades, praticam ataques verbais e utilizam da internet, especialmente facebook,

msn, email, para cometer *bullying* usando especialmente a imagem ou fazendo comentários depreciativos da vítima. Hoje o ambiente virtual é um espaço privilegiado de violência, já que a legislação é vaga ou inexistente. Os criminosos acreditam que podem agredir, difamar, discriminar sem serem punidos. Afinal, provar de onde vieram as acusações não é tarefa fácil.

Repetindo o que acontece na sociedade, os meninos, na escola, reagem de forma agressiva, já que levar “desaforo para casa” não é condizente com a força e vivacidade esperada do homem na sociedade. As meninas por outro lado, usam de subterfúgios mais discretos, apontando para articulações nem sempre visíveis a análises superficiais.

Diante desse cenário as medidas adotadas frente à homofobia para coibir a prática do *bullying* ainda são tímidas. A supervisão escolar procura criar um ambiente pautado no respeito à diversidade e aos direitos humanos por meio do diálogo, da participação das famílias nas discussões; negociação com o corpo docente e equipe pedagógica procurando conjuntamente soluções; conscientização, através de palestras educativas sobre a necessidade de respeitar a opção sexual e aplicando sanções disciplinares aos agressores.

Os PCNs preveem trabalhar com orientação sexual e de identidade de gênero. Esse trabalho é realizado nas escolas, segundo as supervisoras, nas mais diversas disciplinas, seguindo a matriz curricular e considerando a idade de cada aluno, com aulas expositivas, palestras e encontros formais. Mas é na disciplina de Ciências, que a orientação sexual é trabalhada mais diretamente, já que o conteúdo curricular permite interferências abertas sobre o tema.

Ainda não estão previstas medidas gendradas e nem políticas educacionais mais agressivas para combater a violência homofóbica. Destaca-se que nenhuma escola pesquisada conhece o que prevê o “Programa Brasil sem Homofobia”, limitando a implantação de medidas mais agressivas de combate a heteronormatividade. Sugere-se que a interlocução dos supervisores, demais membros da equipe pedagógica, docentes, discentes e familiares seja importante para criar políticas educacionais mais amplas para enfrentar o *bullying* contra homossexuais.

Destaca-se a necessidade de elaborar estratégias diferentes contra o *bullying* cometidos por meninos e meninas, já que o tipo de agressão não aparece da mesma forma. Políticas amplas são importantes, mas muitas vezes, não conseguem atingir as especificidades dos gêneros. Se a violência é gendrada, as políticas de combate também deverão ser. Gênero é uma categoria que perpassa todas as esferas sociais, e por isso

não podem ser negligenciada. Em relação à homossexualidade, essa questão aparece de forma direta, já que esta opção sexual mostra que o projeto de transformar todas as crianças em heterossexuais é falível, questionado a formatação dada socialmente.

A gestão democrática escolar implica na participação de todos os atores sociais, na busca de alternativas eficazes para combater a discriminação. Uma sociedade democrática começa com uma educação libertadora, pautada no respeito à diversidade e na pluralidade. Trazer à baila a discussão sobre a diversidade sexual é sem dúvida, um desafio para a supervisão escolar na atualidade.

5 CONCLUSÃO

Para a supervisão escolar a incidência de *bullying* relacionado a comportamentos considerados homossexuais em crianças do ensino fundamental I existe e aparece de forma diferente entre meninos e meninas. A agressão direta é tipificada como mais comum entre meninos, enquanto que a violência causada pelas meninas é indireta, atingindo prioritariamente a parte social e afetiva. Esse dado sugere que a variável gênero deve ser considerada nas políticas educacionais traçadas pela escola no combate ao *bullying*. As medidas adotadas pelos supervisores no ambiente escolar para coibir a prática de *bullying* contra homossexuais são tímidas. É utópico falar de práticas subversivas, numa escola tão rotulada. Mas é fundamental adotar posturas mais agressivas frente à violência escolar, em especial, contra os homossexuais, para que a escola possa começar a colocar em prática o que prevê a legislação sobre o tema.

A heteronormatividade é compartilhada pela maioria como comportamento sexual esperado. A escola, como uma instituição importante na formação e na formatação social, contribui de maneira significativa para reforçar esse estereótipo, ou pode se tornar um espaço extraordinário na promoção dos direitos humanos.

Sugere-se que a interlocução dos supervisores, demais membros da equipe pedagógica, docentes, discentes e familiares seja importante para enfrentar a heteronormatividade.

REFERÊNCIAS

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Ap. de Souza. **Fundamentos de metodologia**. 2. ed. São Paulo: Mackron Books, 2000.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **PCNs: apresentação dos Temas Transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1997

BRASIL. Ministério da Saúde. **Brasil sem Homofobia**: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004. Disponível na Internet: http://www.mj.gov.br/sedh/documentos/004_1_3.pdf [10 jun 2009]

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Supervisão educacional: novas exigências, novos conceitos, novos significativos. In: RANGEL, Mary (org.). **Supervisão pedagógica: princípios e práticas**. 8. ed. São Paulo: Papirus, 2001, p. 81-102. (Coleção Magistério, formação e trabalho pedagógico)

GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Homofobia e heterossexismo nas escolas: Discussão da produção científica no Brasil e no mundo
Marcos Roberto Vieira Garcia. **IX Nacional de Psicologia Escolar e Educacional**. 6 a 8 julho de 2009. São Paulo. Universidade Presbiteriana Mackenzie

FOUCAULT, Michel (Apresentação de). **Herculine Barbin**: o diário de um hermafrodita. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

_____. **Microfísica do Poder**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

LIMA, Claudia Turrati de. **Bullying e seus efeitos no ambiente escolar**. Rio de Janeiro: Gama Filho, 2010. Disponível em: <http://www.slideshare.net/guest44df3/artigo-bullying-e-seus-efeitos-na-parentizagem>. Acesso em: 06 jan. 2012.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e Homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC, 2009. p. 85-95

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

OLWEUS, D. **Bully/victim problems among school children**: some basic facts and effects of a schoolbased intervention program. Hillsdale, NJ: Earlbaum, 1991

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. 120 p. (Coleção Polêmica)

SMITH, P.K et al. **The nature of school bullying**: a cross-national perspective. London: Routledge, 1999.